

Trabalho apresentado no 26º CBCENF

Título: ACOLHIMENTO DA POPULAÇÃO TRANSGÊNERO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Relatoria: Ana Laura Carvalho de Souza
Lígia Mara Dolce de Lemos

Autores: Maryana Batista dos Santos
Rauany Souza Farias

Modalidade: Comunicação coordenada

Área: Eixo 1: Assistência, gestão, ensino e pesquisa em Enfermagem

Tipo: Pesquisa

Resumo:

Introdução: Pessoas transgêneros ainda possuem dificuldade de acesso à saúde, apesar da existência de portarias que ampliam e redefinem as especificidades dessa população. Uma delas foi a Política Nacional de Saúde LGBT lançada em 2011 onde existe reconhecimento das necessidades desse grupo. Já em 2013 foi publicada a portaria n. 2.803, que prevê tratamento e acompanhamento integral da saúde das pessoas transgêneros no Sistema Único de Saúde. Entretanto, há dificuldades de entendimento de corpos plurais por parte dos profissionais de saúde, prejudicando acessibilidade e qualidade no atendimento. Objetivo: verificar na literatura estudos que abordem o acolhimento dos profissionais de saúde à população transgênero na Atenção Primária. Método: trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Para busca, utilizou-se 3 bases de dados: BDEF e Lilacs e Medline e os seguintes descritores: Pessoas transgênero AND Enfermagem AND atenção primária à saúde. Resultados/discussão: Foram encontrados 14 artigos completos. Destes, 9 foram incluídos por se enquadrarem na realidade brasileira. Quanto aos anos de publicação, variou entre 2011 a 2024, demonstrando apenas estudos atuais e em pequena quantidade. As principais temáticas foram: contribuição da bioética na promoção da saúde, necessidade de acolhimento humanizado ao grupo LGBT; transfobia na atenção primária à saúde; vulnerabilidade em saúde das jovens transexuais que vivem com HIV/aids; restrições de políticas públicas vivenciadas por este grupo na adolescência e sobre assistência de enfermagem aos transexuais. Destaca-se na maioria dos estudos, a falta de conhecimento por parte dos profissionais sobre direitos do grupo, ocasionando: desrespeito ao uso do nome social, constrangimento e recusa de atendimento. A escassez de pesquisas foi citada em alguns artigos, limitando o desenvolvimento de práticas baseadas em evidências. A falta de efetividade das Políticas Públicas e de um olhar holístico e multidisciplinar da equipe de saúde sobre as necessidades dessa população também foram pontos elencados. Considerações finais: A assistência inadequada prestada a esta população, maximiza o processo de invisibilidade social sofrido, contrariando as políticas de cuidado humanizado e deixando esse segmento populacional à margem dos cuidados preconizados. Faz-se necessário a sensibilização e capacitação, desde a universidade até o exercício profissional, sobre o processo transexualizador e as demais demandas das pessoas transgêneros.